

ATA DE REUNIÃO

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às 14h, reuniram-se por videoconferência a PROCURADORA DA REPÚBLICA Vanessa Seguezzi, a PROMOTORA DE JUSTIÇA Vanessa Katz, a SECRETÁRIA DE SAÚDE Sra Fabíola Heck, o ASSESSOR JURÍDICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Anderson Garcia, a SUPERINTENDENTE DE URGÊNCIA, a Sra. Carla Kling, a SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Sra. Denise Quintella, a REPRESENTANTE DA SAS, Sra. Paula Melo, e o SECRETÁRIO DE DEFESA CIVIL, Coronel Paulo Renato Vaz, para tratar de assuntos referentes aos planos de contingência de desastres naturais.

Aberta a reunião, a Dra. Vanessa Katz fez um breve histórico sobre a atuação do Ministério Público no que tange às catástrofes naturais ocorridas no Município. Salientou que, após as chuvas torrenciais ocorridas em março de 2013, realizou visita a unidades de saúde e abrigos e verificou diversos problemas. Diante da desorganização verificada, foi cobrada dos órgãos aqui presentes a elaboração de planos setoriais de contingência ou de ação. A SMS apresentou de forma extrajudicial e o Município foi demandado judicialmente para que a SAS apresentasse referido plano. Finalizou afirmando que, diante da pandemia do novo coronavírus, se torna premente a elaboração de planos, ou adequação dos mesmos, tendo em conta as medidas de prevenção e enfrentamento à doença.

Dada a palavra ao Secretário de Defesa Civil, o Coronel Paulo fez esclarecimentos quanto ao Plano Verão para o ano de 2021, que será apresentado à sociedade amanhã. Esclareceu que é fruto da continuidade do trabalho realizado ao longo dos quatro anos.

Esclareceu que o Município de Petrópolis possui 234 áreas de risco geológico e hidrológico alto ou muito alto, sendo 12 extremamente vulneráveis; que conta com 20 sirenes de alerta pluviométrico; que há 15 pontos de apoio, sendo 13 escolas, uma quadra poliesportiva e um salão paroquial.

Segue discorrendo que cada ponto de apoio conta com 3 responsáveis para sua abertura e com possibilidade de acionar a sirene manualmente.

Considerando o momento sanitário vivenciado, o Ministério Público indagou

ao Secretário de Defesa Civil se algum ponto de apoio teria problemas de ventilação e/ou falta de espaço, o que foi afastado por se tratar de escolas, sendo que tanto a quadra, como o salão paroquial também são espaçosos e ventilados. Esclareceu que não há como dimensionar a quantidade de pessoas que seriam atendidas em cada local, vez que vai depender da situação em si. Mencionou que nunca houve problemas de lotação nos abrigos e que sua gestão é da Defesa Civil.

O Ministério Público alertou que, em caso de necessidade de utilização dos pontos de apoio, ou de abrigo de famílias, deverá ser respeitado o espaçamento mínimo de 2 metros entre cada núcleo familiar, devendo ainda haver disponibilização imediata de máscaras e álcool em gel. Além disso, é de fundamental importância que haja triagem de sintomáticos, para evitar a dispersão do vírus.

Nesse sentido, o Ministério Público RECOMENDOU que a SMS atualize o seu plano de contingência para que nele faça constar as medidas de enfrentamento ao coronavírus, salientando que é preciso que conste o responsável pela logística de fornecimento de insumos (máscaras e álcool, v.g.), triagem dos sintomáticos e orientação para afastamento das pessoas, para cada ponto de apoio. Deverá constar ainda a unidade de saúde de referência para atendimento a vítimas leves e moderadas (já que a referência para politrauma e alta complexidade é necessariamente o Santa Teresa).

Quanto ao tema, a SMS informou que consta no plano que as unidades são os Hospitais Santa Tereza e Alcides Carneiro e as UPAS. Informou ainda que no momento, diante da pandemia, o Município sofre com a falta de leitos hospitalares e, em um evento com múltiplas vítimas, haveria grande dificuldade de atendimento.

O Ministério Público sugeriu contato com o Comando do Batalhão do Exército da cidade e com o CGEA com vistas a elaborar um plano de cooperação para atendimento médico.

O Secretário de Defesa Civil mencionou que se reunirá com o Comandante do Batalhão na próxima terça-feira, dia 15 de dezembro, e que tratará do tema. Após, será agendada uma reunião com a participação da SMS.

Dada a palavra à Secretária de Assistência Social disse que o plano de contingência da assistência não foi concluído; que o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio de sua Secretaria de Assistência Social, passará orientações aos municípios quanto ao protocolo para o coronavírus. Salientou que há protocolo de acesso e que a partir de outubro já começam as escalas de plantão da área técnica. Mencionou ainda que o maior problema enfrentado pela

Secretaria é a escassez de recursos humanos, ante a precariedade da contratação dos profissionais e o término do mandato. Que há estoque de roupas de cama, travesseiros e cobertores, sendo que estão em processo de compra de kits de higiene e toalhas. Afirmou que os colchonetes normalmente são providenciados pela Defesa Civil.

Segue esclarecendo que atualmente a concessão de aluguel social pelo Estado do Rio de Janeiro é mais ágil, permitindo uma desocupação mais rápida dos abrigos.

Pela Técnica da SAS foi dito que o Município segue o plano de contingência de 2017 e sabe da necessidade de sua adequação e revisão. A Promotora de Justiça lembrou que o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas é disciplinado nas normas da Assistência e ali já está sinalizado o que o plano de ação precisa prever.

Ao final, após debates restou recomendado que seja realizada reunião entre os órgãos aqui presentes, com a presença também da Secretaria de Educação, para que sejam feitas as devidas adequações aos planos setoriais de contingência, sinalizando o dia 16 de dezembro p.v. para apresentação dos planos devidamente atualizados. Foi requisitado o encaminhamento da ata da reunião que será realizada.

Com a vinda dos documentos será avaliada a necessidade de nova reunião entre os presentes.

Nada mais havendo, eu, Simone Maria Corrêa Vilas Bôas, matrícula 2648, lavrei esta Ata.